

Trabalho preparado para apresentação no
III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP

Mesa 5: Cidades, Condições Urbanas e Produção Habitacional

Padrões de Segregação em Metrôpoles Não-Centrais

Patrick Cunha Silva
(DCP/USP e CEM)

São Paulo

2013

A - Introdução

Os trabalhos sobre cidades, em especial, os que abordam a segregação sócio-espacial e as estruturas ocupacionais, tomaram novos contornos após a publicação de *The Global City: New York, London, Tokyo* de Saskia Sassen em 1991. Em poucas palavras, argumento de Sassen era que a reestruturação econômica e a globalização afetariam as estruturas de trabalho das cidades gerando uma polarização interna entre os indivíduos do topo da pirâmide e os da base. E, por conseguinte, o achatamento da classe média.

De especial interesse para estes trabalhos, é o argumento de Sassen sobre o efeito da reestruturação das atividades econômicas nessas cidades. Para Sassen, o desenvolvimento tecnológico e a globalização produziram a dispersão territorial das empresas e a divisão de suas atividades. Assim, enquanto os escritórios e as áreas ligadas à confecção de projetos estariam localizados em um lugar do mundo, a fábrica estaria em outro.

Dois seriam os efeitos dessa separação entre o chão da fábrica e os escritórios: primeiro, a especialização das cidades em uma dessas atividades. Enquanto, algumas cidades, em razão de sua centralidade, ficariam encarregadas de sediar os escritórios de administração e os serviços especializados, outras ficariam apenas com o chão da fábrica; segundo, a divisão de atividades entre as cidades transformaria as estruturas ocupacionais. Este segundo ponto ocorreria, principalmente, nas cidades globais que ficariam com os escritórios e as estruturas administrativas das empresas. A polarização ocorreria, pois, se por um lado, uma parte da população seria empregada em ocupações de alta especialização e, portanto, receberia altos salários; por outro, o restante da população estaria relegada a ocupações de serviços com salários baixos e quase nenhuma especialização. Uma vez que as ocupações intermediárias não estariam mais disponíveis nessas cidades. O resultado de tal processo seria a polarização social.

A despeito do argumento, em sua forma original, ser aplicável a apenas três cidades (Nova Iorque, Londres e Tóquio), Sassen (2000; 2002) tem expandido o argumento das cidades globais e da polarização social para outras cidades¹. Em reação ao argumento de Sassen, diversos autores (Hamnett, 1996, 1996b; Maloutas, 2007; Vaattovaara; Kortteinen, 2003) tem examinado as dinâmicas econômicas e sociais das chamadas cidades globais e concluído, na maior parte dos casos, pela rejeição do argumento. Ou seja, as cidades não teriam sofrido uma modificação em sua estrutura ocupacional que as levaria à polarização entre categorias extremas, ao custo do achatamento da classe média.

¹ Entre as novas cidades globais estariam: Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Los Angeles, Sidney, e Hong Kong, Buenos Aires e São Paulo (Sassen 2000; 2002).

A despeito do debate internacional e nacional sobre estruturas ocupacionais e segregação sócio-espacial ser, praticamente, dominado por análises que almejam examinar a validade do argumento de Sassen, este trabalho não tem como ponto de análise principal a verificação do argumento das cidades globais e da polarização. Não se anseia cumprir tal objetivo, pois as metrópoles analisadas, a Região Metropolitana de Belém (RMB) no Pará e a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA) no Rio Grande do Sul, não possuem a centralidade necessária nos processos globais para serem enquadradas na rubrica de “cidades globais”. Assim, testar o argumento de Sassen para estas metrópoles incorreria em um erro analítico de saída. Deste modo, o exame da estrutura ocupacional de ambas as metrópoles será realizada com o objetivo de comparar os resultados com os encontrados por pesquisadores (Marques, Scalon e Oliveira 2008; Marques, Bichir e Scalon 2012) para as metrópoles globais brasileiras, isto é, São Paulo e Rio de Janeiro.

Um segundo objetivo que almeja cumprir é examinar como os padrões de segregação residencial atuaram nas metrópoles no período analisado (2000 e 2010). Aspira-se observar se a segregação residencial sofreu modificações e, em caso positivo, quais foram. Este segundo objetivo também se beneficiará das comparações dos resultados das pesquisas sobre os padrões de segregação residencial em São Paulo e no Rio de Janeiro. Como se evidenciará, na quarta seção deste trabalho, os padrões de segregação encontrados em Porto Alegre e Belém não são diferentes dos verificados no Rio de Janeiro e São Paulo, o que parece apontar para um padrão de segregação comum entre as metrópoles brasileiras.

A fim de cumprir estes objetivos, primeiramente, será apresentada uma breve revisão da literatura sobre padrões de segregação e das estruturas ocupacionais em diversas cidades. Como se notará, a parte mais volumosa da produção acadêmica, tanto internacional e quanto nacional, tem tratado do tema da segregação a partir do argumento de Sassen (1991; 2000; 2002). Posteriormente, realizar-se-á uma descrição dos dados e métodos empregados para a análise das Regiões Metropolitanas. Por fim, serão expostos os resultados da análise da estrutura ocupacional e dos padrões de segregação residencial nas metrópoles paraense e rio-grandense.

B – A estrutura sócio-ocupacional e a segregação urbana nas cidades europeias e brasileiras

Os estudos sobre segregação residencial e estruturas ocupacionais são uma das áreas de maior produção acadêmica no campo dos estudos sobre cidades. Esta revisão tem o objetivo de apresentar alguns estudos nacionais e internacionais sobre o tema a fim de

apresentar subsídios para a análise dos casos das Regiões Metropolitanas de Belém e de Porto Alegre.

Como apresentado na introdução deste trabalho, diversos autores se debruçaram sob o tema da segregação residencial e da estrutura ocupacional com o objetivo de examinar a validade do argumento de Sassen (1991; 2000; 2002). Entre estes trabalhos, descartam-se os de Hamnett (1996 e 1996b).

Chris Hamnett (1996b) analisou a cidade de Londres com o objetivo de verificar se a tese da polarização social se deu como Sassen postulou. Segundo o autor, dois pontos merecem atenção: o primeiro, mais geral, é que aceitar a tese da polarização sem contestação é uma simplificação da realidade. Para Hamnett (1996b: 1408), a polarização, antes de ser tomada como uma condição inevitável da reestruturação econômica deve ser entendida como uma hipótese. Hamnett ainda sustenta que atribuir apenas a reestruturação econômica à polarização social é torna a explicação monocausal. Segundo o autor, outras forças podem afetar a estrutura de ocupacional, tais como a estrutura etária da população, a composição dos domicílios e as características do *Welfare State*.

O segundo ponto, mais local, diz respeito ao processo de polarização social que Londres estaria passando. Hamnett (1996b), utilizando-se de dados sobre os rendimentos e as categorias profissionais na região londrina, aponta que há realmente um crescimento da desigualdade de renda entre os indivíduos na metrópole britânica. Contudo, diferentemente do que seria esperado, não haveria um crescimento da polarização nas estruturas ocupacionais. O autor argumenta que, em vez da polarização, o que teria ocorrido na região de Londres seria uma maior profissionalização das ocupações com o aumento das porcentagens dos gerentes e empregadores².

Seguindo os argumentos de Sassen (1991) e Hamnett (1996b), Vaattovaara e Korttinen (2003) examinaram a região de Helsinki, na Finlândia, a fim de verificar se os argumentos da polarização e/ou da profissionalização teriam lugar para a capital finlandesa. Os autores argumentam que a despeito da baixa centralidade da região de Helsinki para a Europa, a análise se justifica por quatro pontos: (1) por Helsinki ser a capital de um país com um *Welfare State* do estilo escandinavo; (2) pelas políticas de mistura habitacional que ocorreram no pós-guerra; (3) pelo fato do *Welfare State* ter sobrevivido a crise; e (4) pela região ser líder no campo da tecnologia da comunicação (Vaattovaara e Korttinen, 2003:2129).

² No original “employers and managers”.

Os resultados da análise de Vaattovaara e Korttneren (2003) apontam para uma diferenciação entre as áreas da metrópole finlandesa. Enquanto a área oeste seria caracterizada por uma população mais jovem com maiores rendimentos e por melhores condições de habitação, a área leste caracterizar-se-ia por habitantes com idade mais elevada, renda mais baixa e por piores condições de habitação, além de concentrar o maior número de bolsões de pobreza. A explicação para esta dualidade dada pelos autores se ampara em dois argumentos. O primeiro concerne ao fato dos parques industriais e da universidade se localizarem na parte oeste da cidade, fazendo com que os estudantes e os trabalhadores da indústria de comunicações se concentrem nesta área da cidade.

Por sua vez, o segundo ponto diz respeito ao impacto da reestruturação industrial a partir do desenvolvimento da indústria da comunicação. Vaattovaara e Korttneren (2003) argumentam que a reestruturação demandou uma mão de obra altamente especializada, o que excluiu parte da mão de obra disponível do mercado de trabalho, em sua maioria pessoas com idade mais avançada. Todavia, diferente do resultado esperado por Sassen (1991), esta mão de obra acabou por se desmercantilizar em razão da existência do *Welfare State* finlandês (Vaattovaara e Korttneren, 2003:2141). Deste modo, os autores acabam por concordar com Hamnett (1996b) que o processo de polarização depende de outras dinâmicas além da reestruturação econômica e concluem que o que se tem observado na região de Helsinque é “o crescimento de um excesso de população redundante que tem sido desmercantilizado” (Vaattovaara e Korttneren, 2003:2141) e de um novo contingente de trabalhadores altamente especializados.

Ainda sobre os efeitos do processo de reestruturação econômica, merece destaque o argumento de Maloutas (2012). O autor afirma que o processo de segregação residencial percebido em diversas cidades do mundo não pode ser entendido apenas como produto exclusivo da reestruturação econômica e do processo de globalização. Para uma melhor compreensão dos processos que resultam na segregação residencial, Maloutas argumenta que é necessário incorporar características de contexto. Estas características de contexto podem ser de quatro tipos: (1) o econômico, entendido por como as relações de trabalho se estruturam no país; (2) o estatal, compreendido como o modo pelo qual o Estado regula a habitação e distribui os serviços públicos; (3) o social, que se constitui pelas relações sociais e familiares que podem influenciar no processo de escolha do local de moradia; e (4) o sócio-espacial, que seria o modo como às habitações já existentes são localizadas no território. Segundo o autor, a segregação residencial seria, portanto, um processo que ocorreria de acordo com combinações específicas destes quatro tipos de características que podem variar de intensidade e importância a depender do lugar.

Um exemplo da necessidade de incorporar variáveis de contexto para compreender o processo de segregação residencial pode ser encontrado no trabalho de Maloutas (2007). O autor estuda a cidade de Atenas na década de 1990 a fim de investigar a aparente paradoxal coexistência da diminuição da segregação residencial e do aumento da polarização e da desigualdade social (Maloutas 2007:733).

Segundo Maloutas (2007), o padrão de segregação residencial da cidade de Atenas é dispare do encontrado nos EUA, pois as áreas residenciais são mais mistas em termos de classes ocupacionais do que ocorre nos EUA em termos raciais (Maloutas 2007:737-8). O autor aponta que apenas o grupo dos 10% socioeconomicamente superiores vivem totalmente segregados. Mas, assim como ocorre em outras cidades (Sacedo e Rasse, 2012), este tipo de segregação é decorrente de uma escolha do grupo. Entretanto, a despeito deste padrão de segregação pouco agudo, a cidade de Atenas sofreria com um aumento da polarização social e da desigualdade de renda. Maloutas (2007) argumenta que a chave para entender este aparente paradoxo é o perfil da migração.

Maloutas assertiva que a redução da segregação é produto do processo migratório que teve lugar em Atenas durante os anos 1990 e dos processos de gentrificação. O processo migratório reduziu a segregação³, pois os migrantes se instalaram em áreas próximas as de grupos socioeconômicos superiores. Isso ocorreu, uma vez que os grupos migrantes se alojam em locais específicos do território, a depender da etnia. Deste modo, indivíduos pertencentes a diferentes status ocupacionais se misturaram no território ateniense. Simultaneamente, o processo migratório contribuiu para um crescimento da desigualdade e da polarização ao adicionar indivíduos com baixa qualificação e recebedores de baixos salários na estrutura ocupacional. Por sua vez, os processos de gentrificação atuaram na redução da segregação ao produzirem uma mistura social entre grupos, ainda que temporária, ao iniciar uma transformação de uma área degradada da cidade.

No que tange a literatura nacional sobre o tema, a maior parte da produção é centrada na análise das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Exceções são alguns trabalhos sobre Salvador e sobre Belo Horizonte.

A metrópole baiana é o foco de análise dos trabalhos de Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) e Carvalho, Souza e Pereira (2004). Ambos os trabalhos tem como objetivo principal examinar como a reestruturação produtiva e a globalização afetaram as estruturas sócio-

³ É importante destacar que Maloutas (2007) afirma que o fato da segregação ter diminuído não significa que ela deixou de existir. Uma nova forma de segregação seria a vertical: indivíduos de classes socioeconômicas mais altas viveriam em edifícios de luxo em áreas de alta densidade populacional.

ocupacionais em Salvador. Os autores iniciam a análise apresentando o papel do Estado na construção do espaço urbano.

Segundo Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) , a intervenção estatal nas décadas de 1960 e 1970, juntamente com investimentos seletivos que ocorreram nos momentos seguintes, criou três vetores distintos de espaço urbano: (1) a orla marítima norte, considerada a área nobre da cidade, onde se concentra a riqueza; (2) o “miolo”, que na época do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), foi ocupado pelos conjuntos residenciais da classe média baixa e, posteriormente, teve sua expansão continuada por meio de loteamentos e invasões; (3) e o subúrbio ferroviário, local mais carente e problemático da Região Metropolitana de Salvador (2001:96-7). Segundo os autores, esse terceiro padrão seria marcado pela precariedade habitacional e pela falta de infraestrutura básica.

A despeito de utilizar a mesma classificação de três vetores do espaço urbano, a análise empregada por Carvalho, Souza e Pereira (2004) vai além ao realizar uma tipificação do espaço urbano com mais nuances, a partir da localização espacial das ocupações no período recente. Os autores apontam que Salvador pode ser dividida em oito áreas, todavia nenhuma delas seria totalmente homogênea. Os resultados dos autores são que se, por um lado, as classes dirigentes, intelectuais e a pequena burguesia estão concentradas nas áreas litorâneas, por outro o proletariado se concentra mais no interior da metrópole, longe do litoral. A exceção são os trabalhadores de sobrevivência que conviveriam no litoral com os grupos socioeconomicamente mais altos.

No que compete a estrutura sócio-ocupacional, ambos os trabalhos concluem que, apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, não há polarização social em Salvador. Os autores pontuam que há uma queda nos postos de empregos ligados aos setores que presenciaram inovações tecnológicas e privatizações. Simultaneamente, ocorreu um aumento da informalidade, da precarização dos vínculos de trabalho com a “nova terceirização” e da elite dirigente. Todavia, a situação não seria de polarização, pois mesmo com o crescimento das “pontas” da estrutura ocupacional, Salvador não teria observado uma condição necessária para a polarização: o achatamento das classes médias (Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001:104). As classes médias em Salvador teriam, para Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) mantido sua participação relativa na estrutura ocupacional, apesar do empobrecimento e de mudanças internas em suas composições. Enquanto que para Carvalho, Souza e Pereira (2004) as classes médias teriam se expandido (2004:289).

Cabe destacar que, apesar de não ser o foco principal dos autores, no trabalho de Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) são feitas algumas considerações sobre a estrutura ocupacional em outras metrópoles brasileiras. Segundo Carvalho, Almeida e Azevedo, houve

redução das ocupações ligadas a indústria na maioria das RMs (2001:100), especialmente nas metrópoles mais industrializadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre); enquanto que em Salvador, Curitiba e Fortaleza foi notado um aumento das ocupações ligadas a indústria⁴. Entretanto, mesmo com o crescimento nas ocupações industriais em Salvador, a metrópole bahiana seria, juntamente com Recife e Belém, uma das metrópoles com menor presença industrial e com maior presença relativa de ocupações vinculadas a administração pública e ao comércio. Por fim, os autores apontam que São Paulo comprova seu carácter de cidade global⁵ em razão do peso dos serviços financeiros e dos serviços empresariais em sua estrutura ocupacional (2001:101-2).

Por sua vez, Ribeiro e Lago (2000) examinam a estrutura social das três maiores metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Utilizando uma classificação com vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais, os autores concluem, que apesar de diferenças, a composição sócio-ocupacional das três metrópoles é semelhante. Nas três metrópoles as categorias médias são a maioria e o subproletariado é maior do que as classes dirigentes. No entanto, tais semelhanças gerais escondem diferenças nas composições internas das grandes categorias.

Segundo Ribeiro e Lago (2000), enquanto em São Paulo a classe dos dirigentes é composta por empresários e dirigentes do setor privado, em Belo Horizonte há maior presença dos dirigentes do setor público, superando até mesmo o Rio de Janeiro. No que concernem as categorias médias, em São Paulo elas seriam compostas principalmente por empregados de escritório e de supervisão. Ao passo que no Rio de Janeiro elas seriam compostas por empregados da saúde, educação, correios e da segurança. Por fim, a categoria dos subproletariado, no Rio de Janeiro, teria presença maior de ambulantes e biscateiros e, em Belo Horizonte, de trabalhadores domésticos.

Por fim, cabe apresentar os trabalhos que analisaram as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O primeiro destes trabalhos é de Preteceille e Ribeiro (1999) que analisa a segregação social no Rio de Janeiro e em Paris na década de 1980.

Ao analisar a dinâmica das estruturas ocupacionais em ambas as cidades, os autores encontram que durante a década de 1980 não ocorreu à polarização entre as categorias ocupacionais previstas por Sassen (1991). Em ambas as cidades, tendências gerais são, grosso

⁴Os autores argumentam que nestas três metrópoles a desindustrialização é apenas relativa. Uma vez que a ocupação na indústria cresce, mas em menor medida que as ocupações ligadas aos setores de serviços.

⁵ É importante destacar que ao considerar São Paulo uma metrópole global, não significa que os autores corroboram que São Paulo seja uma metrópole polarizada.

modo, as mesmas: houve um crescimento forte das categorias superiores e uma ligeira diminuição dos operários.

Já sobre a organização do espaço urbano, os autores empregam uma análise fatorial e apontam que o fator que mais explica a distribuição sócio-espacial é a clássica oposição entre operariado e classes superiores (1991:150). Em consonância aos achados de Maloutas (2007) para o caso ateniense, os autores apontam que a segregação tanto em Paris como no Rio de Janeiro se deve em parte a auto-segregação das categorias superiores. Apesar destas semelhanças, Preteceille e Ribeiro apontam que no Rio de Janeiro as categorias superiores estão mais agrupadas espacialmente, mas dominam menos espaço do que seus homólogos parisienses (1999:154).

Os últimos dois trabalhos que serão apresentados utilizam as mesmas classificações ocupacionais que empregadas neste trabalho, a saber, o esquema de classes EGP e o índice ISEI.

O primeiro destes trabalhos é o de Marques, Scalon e Oliveira (2008). Os autores comparam a estrutura ocupacional nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro utilizando os dados da amostra do Censo de 2000. Segundo os autores, a estrutura ocupacional das metrópoles é semelhante, sendo pequenas as diferenças verificadas. Nas duas metrópoles, a maior presença relativa é de trabalhadores não manuais de rotina, o que confirma os achados de Ribeiro e Lago (2000) sobre a maior presença das categorias médias. Em seguida, aparecem os trabalhadores manuais qualificados com aproximadamente 25% de presença relativa. Já os grupos extremos, dos profissionais e administradores e dos trabalhadores manuais não qualificados perfazem, respectivamente, 16% e 23% no Rio de Janeiro e 17% e 21% em São Paulo. Apesar de não ser o objetivo dos autores, pode-se afirmar que, para as duas metrópoles, a tese da polarização não encontra amparo nos dados.

Outro ponto examinado pelos autores foi o da segregação espacial. Utilizando os índices de Moran Global e Local, Marques, Scalon e Oliveira (2008) argumentam que os padrões de segregação também são semelhantes nas duas metrópoles. A partir do uso do Moran Global para as classes EGP, os autores verificam que a categoria com maior correlação espacial é a dos profissionais e administradores, seguida pela dos trabalhadores manuais qualificados e supervisores. Ainda sobre a segregação espacial, a partir da distribuição cartográfica do ISEI os autores afirmam que, para ambas as cidades, a forma da distribuição é “relativamente radial, concêntrica e muito segregada, embora com heterogeneidades localizadas significativas.” (2008:228). Por fim, Marques, Scalon e Oliveira concluem que o padrão de segregação é muito semelhante para as duas metrópoles, sendo na metrópole paulista levemente mais acentuada.

O último trabalho elencado é o de Marques, Bichir e Scalon (2012). A análise dos autores foi centrada no caso da Região Metropolitana de São Paulo e tinha como objetivo verificar a possível ocorrência de mudanças na estrutura ocupacional e nos padrões de segregação residencial utilizando os dados dos Censos 1991 e 2000. O resultado da comparação das classes EGP para os dois períodos revelou, apesar de uma oscilação nos percentuais das classes mais altas, uma continuidade da participação relativa de cada uma das classes na composição ocupacional da RMSP. As classes com maior participação em ambos os períodos foram, respectivamente, a dos trabalhadores manuais especializados e a dos trabalhadores manuais não especializados. Também é notável, nos dados dos autores, um pequeno crescimento das duas categorias mais elevadas (profissionais de alto padrão e profissionais de baixo padrão).

No que tange a segregação residencial, Marques, Bichir e Scalon (2012) afirmam, para os dados do Censo 2000, que os padrões de segregação das categorias mais elevadas são semelhantes aos encontrados para as demais Regiões Metropolitanas. A partir da análise do índice de Moran Global e do índice de dissimilaridade, os autores concluem que as três categorias mais elevadas são as mais segregadas, localizando-se na região do centro expandido do município de São Paulo. Para a categoria mais baixa, trabalhadores manuais não especializados, os autores apontam que apesar da maior concentração da categoria na periferia, o padrão é menos claro. Uma vez que, quando se observa com maior detalhamento é possível verificar concentrações deste grupo em outras áreas da metrópole. Deste modo, os autores concluem que apesar da existência de um padrão macro de segregação, existem heterogeneidades que devem ser observadas.

C – Método e dados

Nesta seção serão apresentados os dados e os métodos empregados na análise das categorias ocupacionais e dos padrões de segregação na RMB e na RMPOA.

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes dos Censos Demográficos Brasileiros realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010. Todavia, apenas os dados dos Censos 2000 e 2010 serão utilizados para a análise do perfil ocupacional e da segregação residencial na RMB e na RMPOA por meio de mapas. Uma vez que apenas para esses anos é possível a georreferenciamento dos dados. Já os dados de 1991 serão utilizados para a análise geral da evolução das classes ocupacionais e do acesso a serviços nas duas RMs estudadas.

Para definir as classes ocupacionais, os dados sobre ocupação presentes nos Censos foram recodificados de acordo com o esquema de classes ocupacionais criado por Erickson,

Goldthorpe e Portocarero (1979), a EGP. A adoção da classificação EGP se faz importante por possibilitar a comparação tanto com estudos de pesquisadores brasileiros que tem empregado a EGP em suas análises (Marques, Scalon e Oliveira 2008; Marques, Bichir e Scalon 2012) como com trabalhos internacionais (Güveli, Need e Graaf 2007).

Criada em 1979 para o estudo de transições ocupacionais, o esquema de classes EGP originalmente elenca nove grandes categorias ocupacionais. Para este trabalho, a classificação EGP sofreu algumas adaptações para se adequar as categorias ocupacionais brasileiras e as dificuldades de alocação das ocupações declaradas no Censo às categorias da EGP⁶ original. Na Tabela 1, abaixo, é apresentado o esquema EGP utilizado na análise.

Tabela 1 – Esquema de classes EGP utilizado para o caso brasileiro

Classes EGP
I. Profissionais de alto nível
II. Profissionais de baixo nível
IIIa. Trabalhadores de rotina não manual, alto grau de especialização
IIIb. Trabalhadores de rotina não manual, baixo grau de especialização
IVa. Proprietários e empregadores
IVb. Empregadores Rurais
IVc. Trabalhadores rurais autônomos e trabalhadores de agricultura de subsistência
V. Técnicos e Supervisores de trabalhadores manuais
VI. Trabalhadores especializados
VIIa. Trabalhadores semi e não especializados
VIIb. Trabalhadores rurais

Além do uso da EGP, será empregado o *International Index of Socioeconomic Occupational Status* (ISEI). A despeito do amplo uso que a literatura tem feito do esquema de classes EGP, o ISEI, criado por Ganzeboom e De Graaf, Treiman (1992), adiciona como critérios a educação e a renda obtida da ocupação para posicionar os indivíduos. O que permite a incorporação de critérios excluídos da EGP.

Por fim, para analisar os padrões de segregação nas RMB e RMPOA serão utilizados mapas temáticos para as classes EGP e para a média do ISEI. Objetiva-se, com os mapas, visualizar como os padrões da segregação residencial se deram nos dois períodos examinados.

⁶Dois são os principais problemas advindos dos dados do Censo para o emprego da EGP em sua forma original. O primeiro é a inexistência de uma variável que informa se o trabalhador possui um cargo de supervisor, isto é, se alguém está sob sua supervisão; o segundo é a intermitência da variável que diferencia empregadores e auto-empregados.

D – A estrutura ocupacional e os padrões de segregação nas RMB e RMPOA

Como pontuado na introdução deste trabalho, nesta seção serão apresentados os resultados das comparações da EGP e do ISEI para as RMB e RMPOA. Primeiro, buscar-se-á analisar os dados a fim de compreender se ocorreram mudanças na estrutura de classe entre os anos de 1991 a 2010 nas duas metrópoles; para, posteriormente, serem examinados os padrões de segregação residencial.

Na Tabela 2 são expostas as distribuições relativas das classes EGP para as duas metrópoles utilizando os dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.

A partir da análise da tabela 2, nota-se que a estrutura ocupacional na RM de Belém se manteve praticamente estável durante a década de 1990. Apenas duas categorias tiveram uma oscilação maior do que 2%. A categoria II (Profissionais de Baixo Nível) teve um decréscimo de 3,6%, enquanto a categoria IIIa (Trab.de rotina não manual, alto grau de especialização) teve um crescimento de pouco mais de 2%. Por sua vez, durante a década de 2000 as mudanças foram mais profundas na estrutura ocupacional da metrópole paraense.

Durante a década de 2000, observou-se um crescimento substancial da categoria IIIb e uma redução da categoria II. É notável que a magnitude das mudanças seja praticamente a mesma. Enquanto a categoria dos profissionais de baixo nível se reduziu em pouco mais de 6%, a dos trabalhadores de rotina não manual com baixo grau de especialização aumentou em quase 7%. Observa-se, ainda, um pequeno aumento da categoria de profissionais de alto nível (2,62%) e um decréscimo dos trabalhadores semi e não especializados. Cabe destacar que estes movimentos fizeram com que os profissionais de alto nível ultrapassassem os profissionais de baixo nível. Nota-se, por outro lado, que apesar destas modificações os trabalhadores não especializados ainda são maioria na metrópole paraense.

Por fim, cabe apontar que para oito das onze categorias a tendência de crescimento ou de diminuição se manteve constante durante as duas décadas. Ou seja, nos últimos 20 anos a tendência em oito categorias ocupacionais foi a mesma na RM de Belém.

Tabela 2 – Distribuição Relativa das Classes EGP para as Regiões Metropolitanas de Belém e Porto Alegre (1991, 2000 e 2010)

EGP	Região Metropolitana									
	Belém					Porto Alegre				
	1991	2000	2010	Dif. 2000-1991	Dif. 2010-2000	1991	2000	2010	Dif. 2000-1991	Dif. 2010-2000
I. Profissionais de alto nível	5,79%	5,62%	8,21%	0,17%	2,60%	6,15%	7,23%	10,51%	1,08%	3,28%
II. Profissionais de baixo nível	10,32%	13,92%	7,71%	-3,60%	-6,20%	10,99%	12,22%	11,43%	1,22%	-0,79%
IIIa. Trab.de rotina não manual, alto grau de especialização	13,18%	11,11%	11,94%	2,07%	0,83%	12,98%	11,77%	11,53%	-1,20%	-0,24%
IIIb. Trab. de rotina não manual, baixo grau de especialização	12,67%	13,80%	20,75%	-1,12%	6,95%	14,99%	10,96%	14,08%	-4,04%	3,12%
IVa. Proprietários e empregadores	2,99%	1,97%	1,41%	1,02%	-0,56%	4,33%	3,97%	3,02%	-0,36%	-0,95%
IVb. Empregadores Rurais	0,25%	0,04%	0,06%	0,21%	0,03%	0,15%	0,07%	0,05%	-0,07%	-0,03%
IVc. Trab. rurais autônomos e trab. de agricultura de subsistência	1,61%	0,98%	1,48%	0,63%	0,50%	0,94%	1,18%	1,83%	0,25%	0,65%
V. Técnicos e Supervisores de trabalhadores manuais	4,41%	3,47%	3,50%	0,94%	0,03%	5,06%	4,68%	5,33%	-0,38%	0,66%
VI. Trabalhadores especializados	26,71%	26,21%	25,62%	0,50%	-0,59%	30,99%	30,77%	25,93%	-0,21%	-4,84%
VIIa. Trabalhadores semi e não especializados	21,40%	22,31%	18,49%	-0,91%	-3,82%	12,70%	16,57%	15,69%	3,86%	-0,87%
VIIb. Trabalhadores rurais	0,68%	0,59%	0,80%	0,10%	0,22%	0,72%	0,58%	0,59%	-0,14%	0,01%

Fonte: Dados da amostra dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Por sua vez, a análise da estrutura ocupacional da Região Metropolitana de Porto Alegre revela que ocorreram mudanças de maior magnitude durante em ambas as décadas analisadas. Durante a década de 1990 se observou dois movimentos: a redução em pouco mais de 4% da categoria IIIb (Trab. de rotina não manual, baixo grau de especialização) e o crescimento de quase 4% da categoria VIIa (Trabalhadores semi e não especializados). Já na década de 2000, os profissionais de alto nível cresceram em pouco mais de 3%, assim como os Trabalhadores de rotina não manual, baixo grau de especialização que tinham sofrido uma redução durante a década anterior. Por fim, o percentual de trabalhadores não manuais se reduziu em quase 5% durante a década de 2000 na metrópole rio-grandense. Ressalta-se que diferente do ocorrido na RM de Belém, a direção das mudanças observadas nas duas décadas na RMPOA foram menos constantes. Ao passo que na RMB houve a coincidência em oito das onze categorias, a RMPOA a coincidência ocorreu em seis categorias.

No que concerne à comparação entre as metrópoles, verifica-se a partir da análise dos dados da tabela II que a coincidência dos movimentos de crescimento e diminuição foi mínima durante a década de 1990, ocorreram em apenas três categorias. Por outro lado, durante a década de 2000 a correspondência foi quase que perfeita, em nove das onze categorias se comportaram da mesma forma em ambas as metrópoles.

Destaca-se, também, que em ambas as metrópoles a maior categoria ocupacional para as três décadas analisadas foi a dos profissionais Trabalhadores especializados. Contudo, a segunda maior categoria variou tanto entre as metrópoles quanto entre as RMs. Enquanto para RMB a segunda categoria foi a dos trabalhadores semi e não especializados nos Censos 1991 e 2000, já no Censo 2010 a passou a ser a dos trabalhadores de rotina não manual com baixo grau de especialização. Por sua vez, na RMPOA a segunda maior categoria presente nos Censo 1991 e 2010 foi a dos trabalhadores de rotina não manual com baixo grau de especialização, enquanto em 2000 foi a dos trabalhadores semi e não especializados.

No que concerne à comparação com os resultados obtidos por Marques, Bichir e Scalon (2012) para São Paulo e por Marques, Scalon e Oliveira (2008) para São Paulo e Rio de Janeiro, constata-se que a RMB em 1991 e 2000 possuía um percentual de profissionais e de trabalhadores de rotina menor do que os das metrópoles paulista e fluminense. Ao passo que a RMPOA tinha um percentual de profissionais e de trabalhadores especializados superior ao das duas metrópoles. Nota-se, também, que o percentual de trabalhadores semi e não especializados da RMPOA era quase 5% menor do que o destas metrópoles tanto para 1991, quanto para 2000.

Por fim, destaca-se que o crescimento da categoria dos profissionais de alto nível segue a mesma tendência encontrada por Marques, Bichir e Scalon para a RMSP na década de

1990. Assim, a partir dos resultados dos autores e dos apresentados neste artigo, é possível levantar a hipótese de que tem ocorrido um aumento dos profissionais de maior nível nas metrópoles brasileiras nas últimas duas décadas. O que pode ser produto do aumento ao acesso a universidade, uma vez que esta é a categoria em que se encontram as ocupações diplomadas.

Tendo sido realizada esta descrição da estrutura ocupacional nas RMB e RMPOA, cabe examinar os padrões de segregação residencial observados nestas metrópoles. Nas Figuras 1, 2, 3 e 4 são apresentadas a distribuição espacial das categorias I. Profissionais de alto nível e VIIa. Trabalhadores semi e não especializados para a RMB.

Figura 1 – Distribuição dos Profissionais de Alto Nível, RMB, 2000

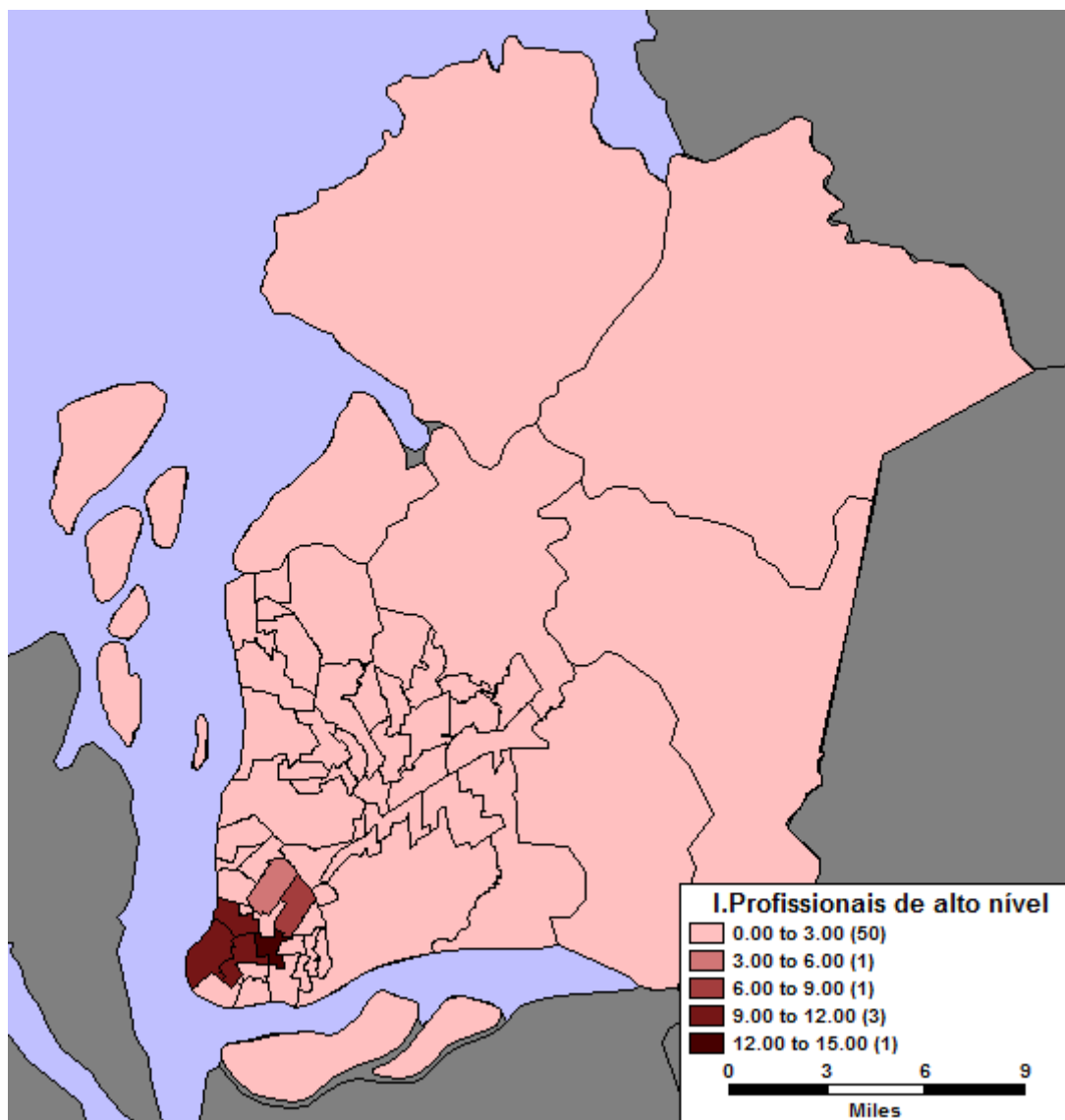


Figura 2 – Distribuição dos Trabalhadores Semi e Não Especializados, RMB, 2000

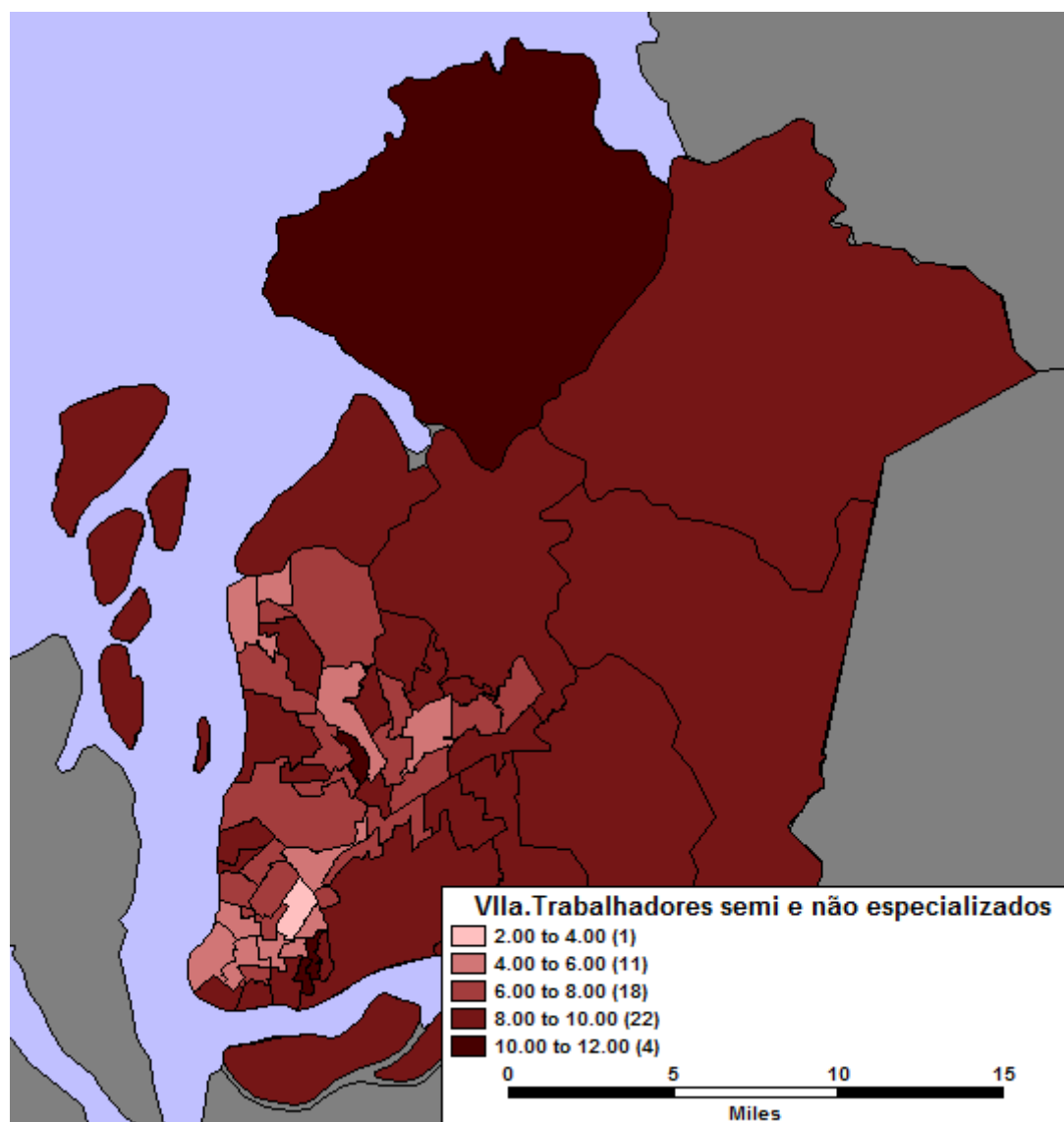


Figura 3 – Distribuição dos Profissionais de Alto Nível, RMB, 2010

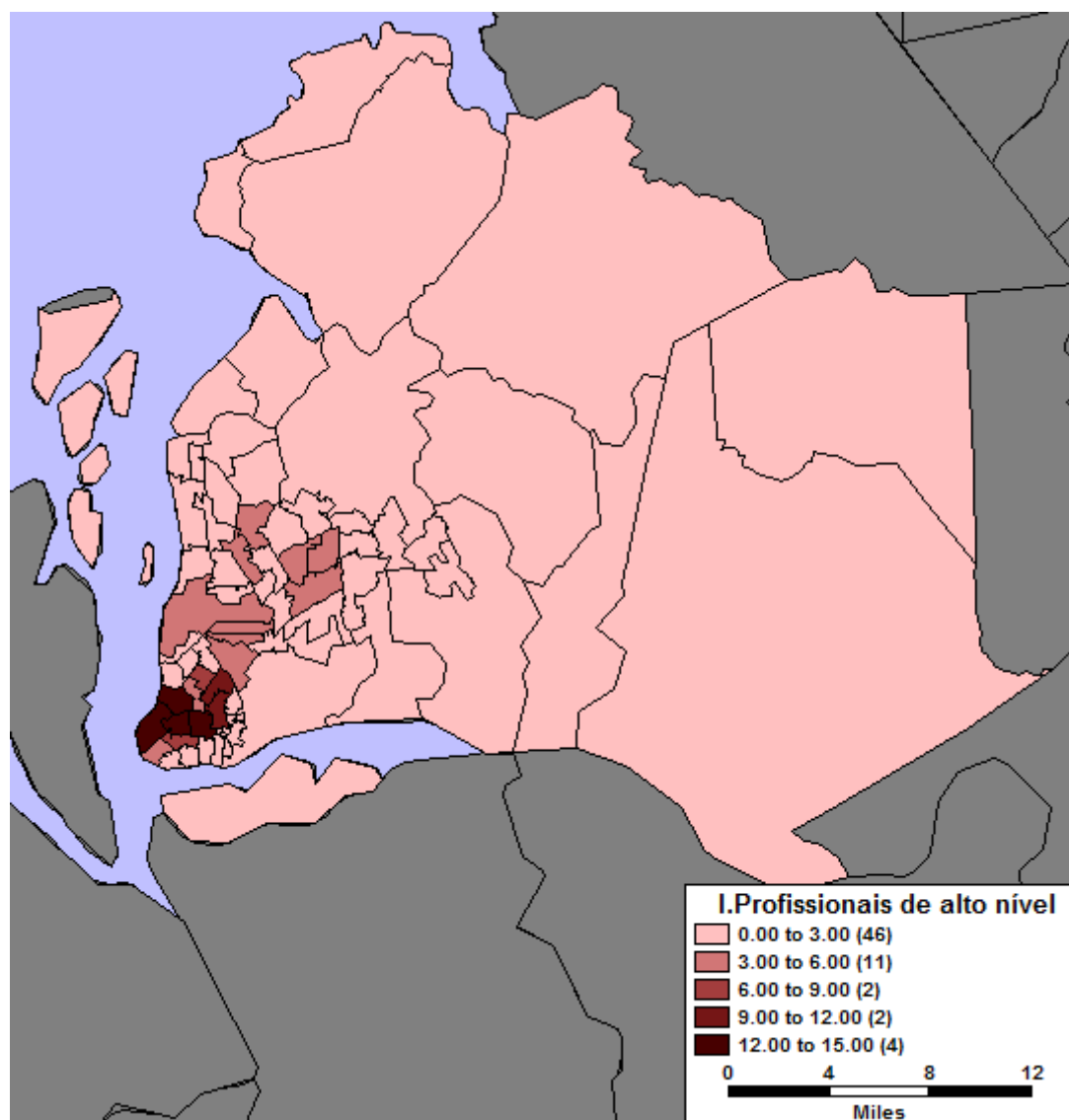
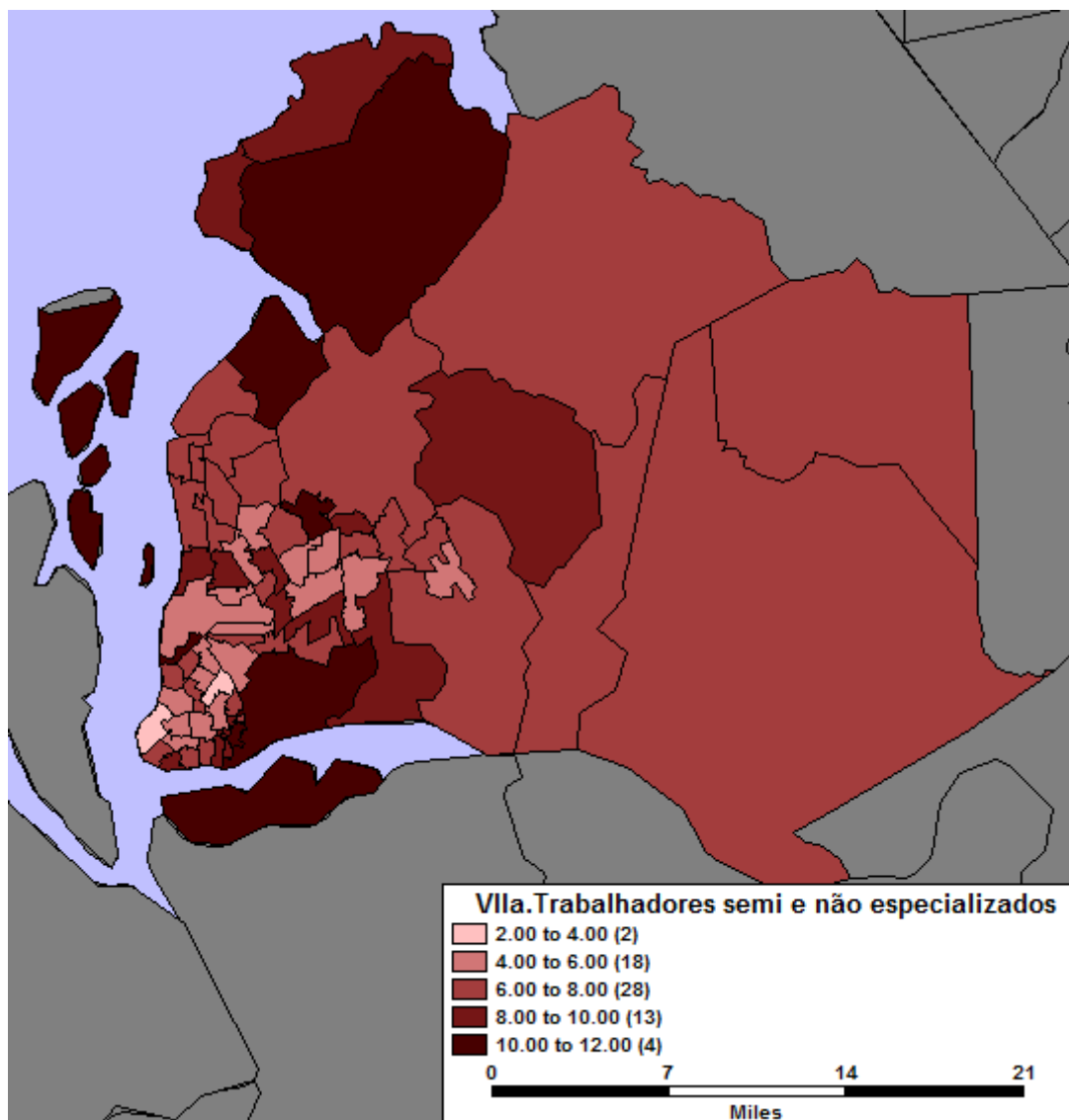


Figura 4 – Distribuição dos Trabalhadores Semi e Não Especializados, RMB, 2010



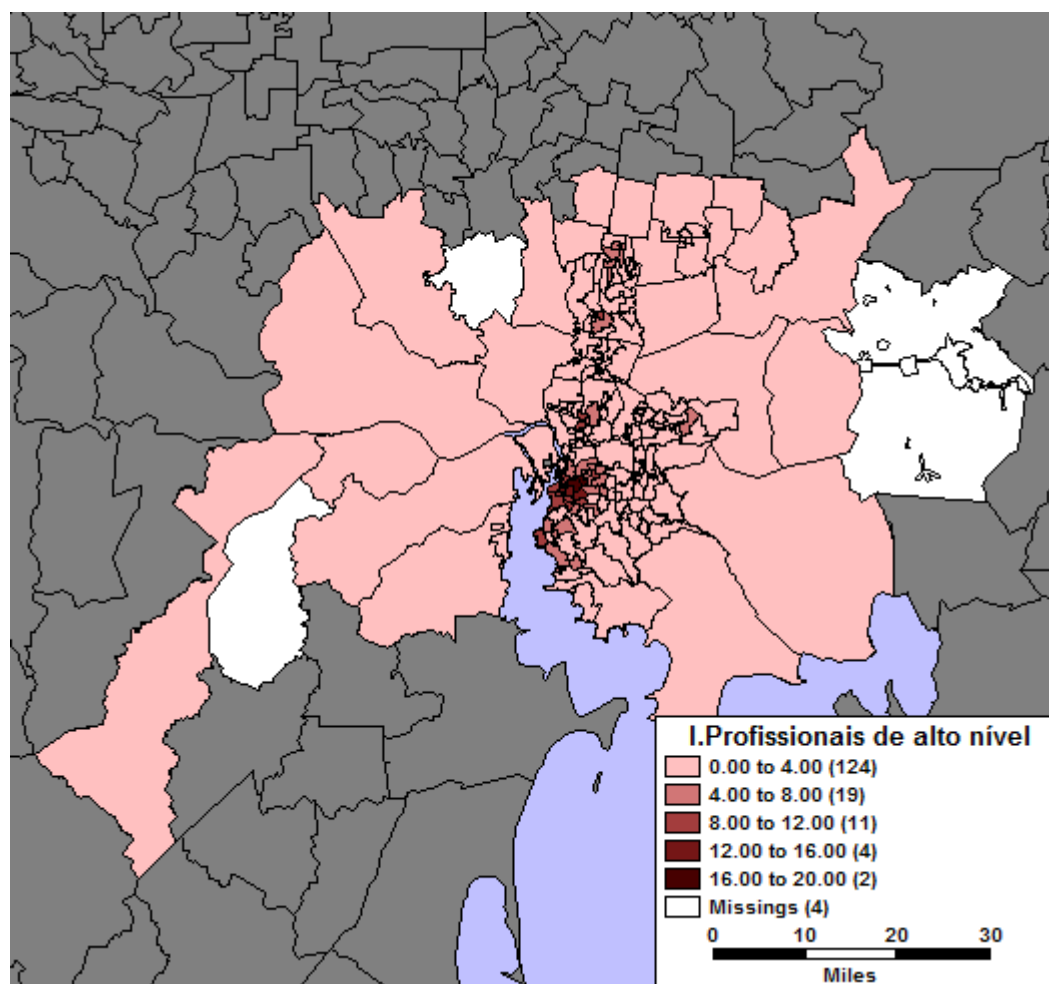
O exame das figuras revela que, para ambos os períodos analisados, há uma concentração dos profissionais de alto nível na região litorânea da cidade de Belém. Destaca-se que para o ano de 2000 as seis áreas de ponderação com maior concentração de profissionais de alto nível são localizadas no município de Belém. Ao passo que em 2010 todas as áreas que concentram mais de 3% dos profissionais de alto nível estão nos dois maiores municípios da RM: dezesseis áreas de ponderação em Belém e três em Ananindeua.

Por sua vez, os mapas dos trabalhadores semi e não especializados parecem ser o espelho dos mapas para os profissionais: enquanto os profissionais se concentram na área litorânea do município de Belém, os trabalhadores semi e não especializados se concentram nas áreas mais interioranas e nos outros municípios da RM. Assim, pode-se afirmar que há um padrão macro de segregação na RMB que se manteve estável durante o período estudado.

Contudo, um exame mais apurado dos mapas aponta que entre 2000 e 2010 houve uma redução dos percentuais de trabalhadores semi e não especializados nos municípios mais interioranos da RM e um aumento do percentual destes trabalhadores no município de Belém. Ou seja, houve uma alteração no padrão de segregação micro, mesmo que isso não tenha alterado o padrão macro.

Antes de passarmos a examinar a segregação residencial na RMPOA, cabe apontar que os mapas para as médias do ISEI⁷ contam a mesma história: as maiores médias, isto é, as ocupações mais altas estão localizadas na área do município de Belém, enquanto as médias mais baixas estão presentes nos demais municípios, ou seja, na periferia da RM. Passemos a análise da RMPOA.

Figura 5 – Distribuição dos Profissionais de Alto Nível, RMPOA, 2000



⁷ Mapas disponíveis no anexo B.

Figura 6 – Distribuição dos Trabalhadores Semi e Não Especializados, RMPOA, 2000

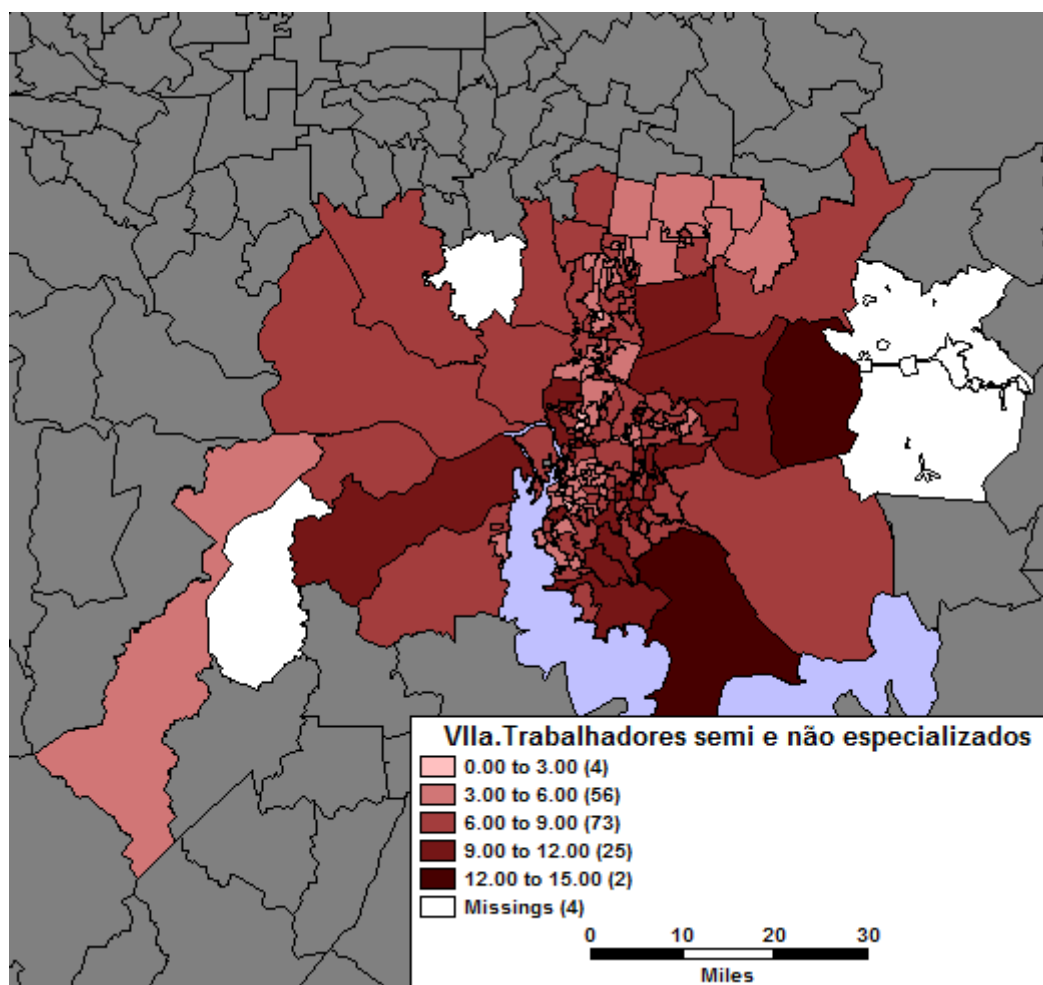


Figura 7 – Distribuição dos Profissionais de Alto Nível, RMPOA, 2010

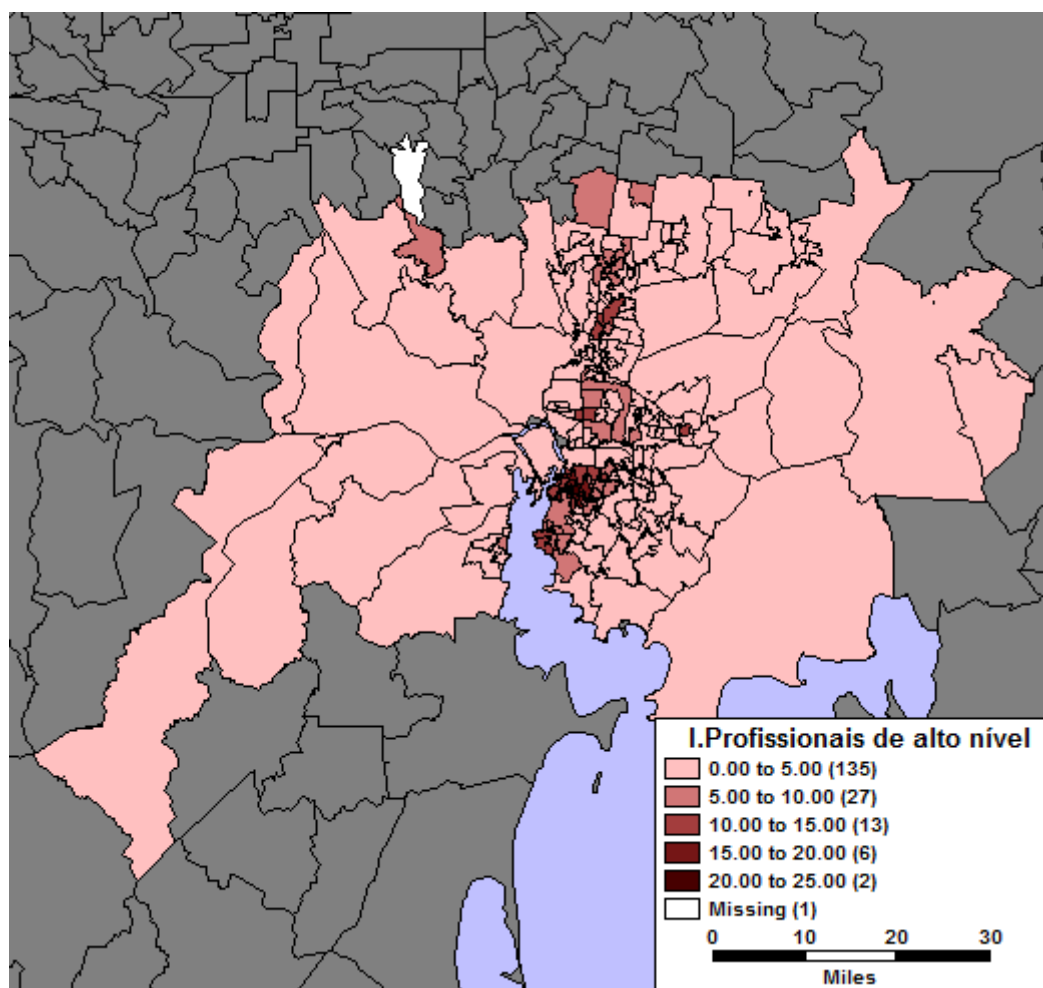
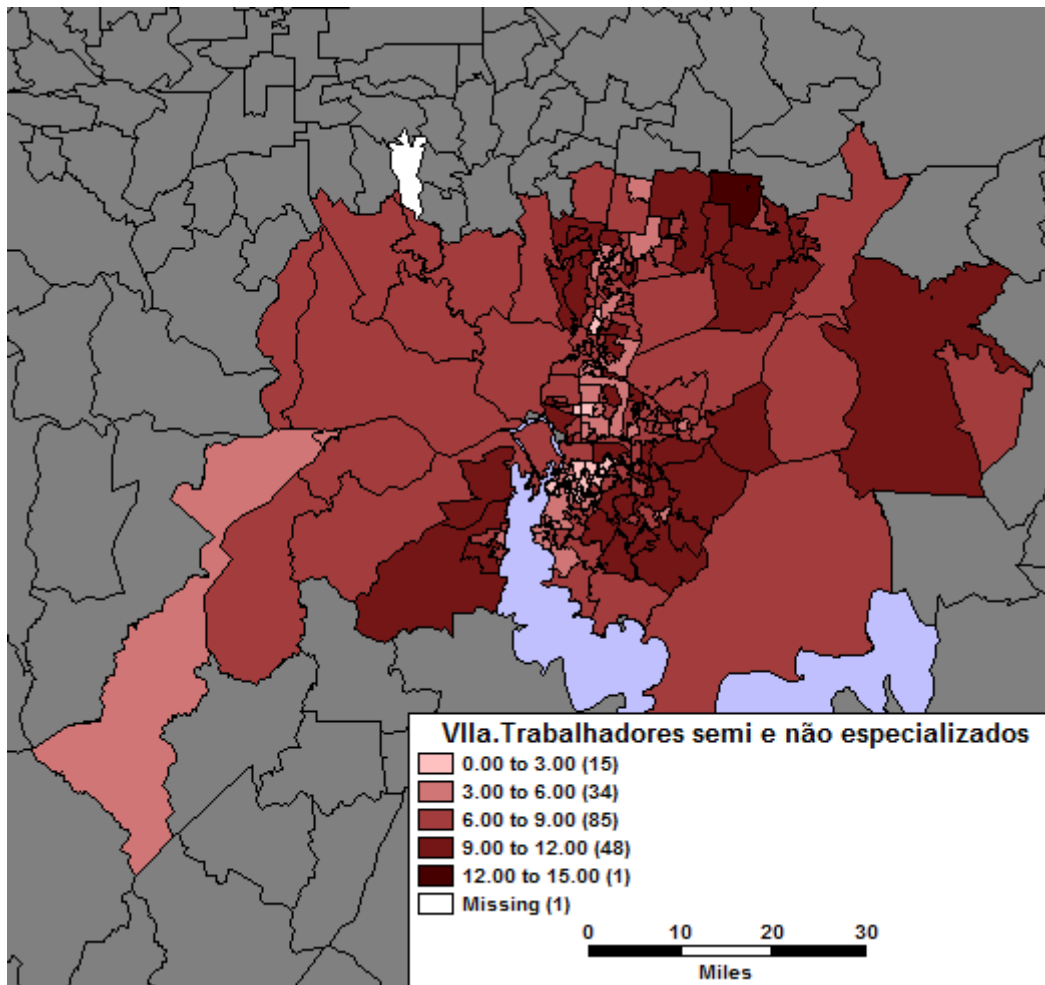


Figura 8 – Distribuição dos Trabalhadores Semi e Não Especializados, RMPOA, 2010



Novamente, o exame dos mapas para as categorias profissionais de alto nível e trabalhadores semi e não especializados parecem ser espelhados. Para os dois períodos analisados, verifica-se uma maior concentração de profissionais nas áreas correspondentes ao município de Porto Alegre e de trabalhadores nos municípios periféricos. Entretanto, é notável que na RMPOA, diferentemente da RMB, há uma concentração dos profissionais em algumas áreas de ponderação mais distantes da capital rio-grandense. Especificamente, nos municípios de Canoas (segundo maior PIB do estado), de Novo Hamburgo (município conhecido por sua indústria do calçado e 7º maior PIB do estado) e São Leopoldo (município com maior polo de informática do Rio Grande do Sul vinculado a Universidade e 12ª maior PIB do estado). Verifica-se, ainda, que no período parece ter havido uma redução da concentração dos trabalhadores nas áreas do município de Porto Alegre e o aumento nos municípios vizinhos ao leste da capital (Viamão e Alvorada). O que aponta para o crescimento das áreas exclusivas.

No que compete aos mapas para as médias do ISEI⁸, o exame deles aponta para a existência da concentração das maiores médias em um eixo sul-norte que parte de Porto Alegre e tem fim, ao norte da RM, no município de Novo Hamburgo. O que condiz com os achados dos mapas temáticos para os profissionais de alto nível.

Cabe, por fim, apontar que os padrões de segregação residencial observado para as duas metrópoles são semelhantes aos encontrados por Marques, Scalon e Oliveira (2008) para o Rio de Janeiro e São Paulo. Nos quatro casos há concentração das ocupações dos profissionais nas áreas mais centrais das metrópoles, bem como das maiores médias do ISEI. Deste modo, pode-se levantar a hipótese de que o padrão de segregação residencial é o mesmo para todas as Regiões Metropolitanas brasileiras. Ou, ao menos, para as RMs da primeira geração.

Por fim, cabe questionar se a polarização geográfica observada nos mapas tem como reflexo uma distribuição desigual dos serviços básicos. Isto é, se o acesso a serviços urbanos básicos é igual entre as diferentes categorias ocupacionais. Para tanto, serão examinados os percentuais de coberturas em quatro serviços: rede geral de água, energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário. Na tabela 3 são apresentados os dados para os Censos 1991, 2000 e 2010 para as duas categorias do EGP analisadas por meio dos mapas.

A partir do exame da tabela 3 é notável que a tendência geral, em ambas as metrópoles, foi a da redução das diferenças do acesso aos serviços. As duas exceções a esta tendência foram: (1) o crescimento da diferença da cobertura do serviço de abastecimento de água durante a década de 2000 na RM de Porto Alegre e (2) o crescimento da diferença da cobertura de esgotamento sanitário durante a década de 1990 na RM de Belém.

Observa-se, também, que há uma diferença substancial na cobertura dos diferentes serviços. Enquanto os serviços de coleta de lixo e, especialmente, energia elétrica beiram o 100% de cobertura, os demais serviços possuem taxas mais baixas e díspares entre as categorias ocupacionais. Exemplo disso são as taxas de cobertura do serviço de esgoto em ambas as RMs: (1) em 2010 83% dos profissionais de alto nível possuíam este serviço na RMPOA, enquanto a cobertura na RMB era de aproximadamente 48% para a mesma categoria. Por fim, cabe apontar que, a despeito da diferença de cobertura do serviço de esgoto entre as categorias em ambas as metrópoles ser a maior entre as taxas apresentadas, na RMPOA ocorreu um crescimento substancial (pouco mais de 30%) na cobertura do serviço para ambas as categorias profissionais. Enquanto que para a RMB, a cobertura do esgotamento sanitário

⁸ Anexos B.3 e B.4.

se manteve praticamente estável durante a década de 2000 para a categoria dos profissionais e aumentou em pouco menos de 10%.

Deste modo, pode-se concluir que a diferença no padrão da distribuição espacial entre as categorias profissionais se reflete em diferenças no acesso a serviços urbanos básicos. Especialmente, no que concerne aos serviços de esgotamento sanitário e acesso a rede geral de distribuição de água.

Tabela 3 – Distribuição do acesso a serviços públicos por categorias selecionadas do EGP (1991, 2000 e 2010)

RM	Serviço	EGP			
		Ano	I. Profissionais de alto nível	VIIa. Trabalhadores semi e não especializados	Diferença
Belém	Rede Geral de Distribuição de Água	1991	85,60%	70,11%	15,49%
		2000	73,40%	62,89%	10,51%
		2010	69,7%	63,7%	5,92%
	Energia Elétrica	1991	100,00%	99,14%	0,86%
		2000	100,00%	99,20%	0,80%
		2010	99,98%	99,82%	0,16%
	Lixo Coletado	1991	95,84%	69,64%	26,20%
		2000	98,74%	87,07%	11,67%
		2010	92,06%	86,20%	5,86%
	Tem Esgotamento Sanitário	1991	7,98%	2,03%	5,95%
		2000	49,44%	14,28%	35,16%
		2010	48,18%	23,47%	24,72%
Porto Alegre	Rede Geral de Distribuição de Água	1991	97,93%	88,96%	8,97%
		2000	95,96%	87,91%	8,05%
		2010	94,7%	85,9%	8,74%
	Energia Elétrica	1991	99,94%	97,35%	2,59%
		2000	99,98%	99,33%	0,65%
		2010	99,99%	99,74%	0,25%
	Lixo Coletado	1991	98,84%	87,50%	11,34%
		2000	99,40%	96,56%	2,84%
		2010	96,71%	96,02%	0,69%
	Tem Esgotamento Sanitário	1991	39,33%	11,40%	27,93%
		2000	49,83%	29,28%	20,55%
		2010	80,35%	63,02%	17,33%

Fonte: Dados da amostra dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração do autor.

F – Considerações Finais

Neste artigo, buscou-se examinar duas metrópoles brasileiras não centrais, a Região Metropolitana de Belém (PA) e a Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), com dois objetivos: examinar a mudança da estrutura ocupacional na década de 2000 e os padrões de segregação residencial.

No que compete ao primeiro objetivo, verificou-se que, enquanto a RMB sofreu maiores alterações na estrutura ocupacional, com o aumento das ocupações de trabalhadores não manuais de rotina de baixa especialização e o decréscimo dos profissionais de baixo nível, a RMPOA não sofreu mudanças tão profundas em sua estrutura. Outro achado foi o crescimento nas duas metrópoles dos profissionais de alto nível, o que levou a hipótese de que este é um fenômeno que ocorre em outras RMs brasileiras em razão da expansão do ensino superior.

Os dados também mostraram que não há polarização social nas duas metrópoles. Todavia, cabe pontuar que este achado não invalida o argumento de Sassen (1991), uma vez que as Regiões Metropolitanas estudadas não podem ser consideradas globais.

Por sua vez, o exame da segregação residencial mostrou que a localização dos profissionais de alto nível e dos trabalhadores semi e não especializados é, praticamente, espelhada. Nas áreas em que há maior concentração de um grupo pouco se encontra do outro. Nesse sentido, os profissionais se concentram nas áreas mais centrais do município sede e os trabalhadores nos municípios periféricos e vizinhos. Ainda sobre o padrão de segregação, observou-se que se na RMB ocorreu diminuição da concentração dos dois grupos e, por conseguinte, uma diminuição das áreas exclusivas, na RMPOA ocorreu o fenômeno oposto: as áreas mais centrais do município de Porto Alegre se tornaram mais exclusivas nos últimos dez anos. Todavia, apesar de terem sido verificadas tais diferenças, os mecanismos por detrás dela não foram explorados. Deste modo, almeja-se que outros trabalhos se debruçam sobre o tema da segregação residencial a fim de que os mecanismos que operam na segregação residencial se tornem cada vez mais claros.

Bibliografia

CARVALHO, I. M. M. DE; ALMEIDA, P. H. DE; AZEVEDO, J. S. G. DE. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 13, n. 2, p. 89-114, 2001.

CARVALHO, I. M. M. DE; SOUZA, A. G.; PEREIRA, G. C. Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, p. 281-297, 2004.

DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. A Methodological Analysis of Segregation Indexes. **American Sociological Review**, v. 20, n. 2, p. 210-217, 1955.

ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.

GANZEBOOM, H.; GRAAF, P. DE; TREIMAN, D. A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status. **Social Science Research**, v. 21, p. 1-56, 1992.

GUVELI, A.; NEED, A.; GRAAF, N. D. DE. The Rise of 'New' Social Classes within the Service Class in The Netherlands: Political Orientation of Social and Cultural Specialists and Technocrats between 1970 and 2003. **Acta Sociologica**, v. 50, n. 2, p. 129-146, 1 jun. 2007.

HAMNETT, C. Why Sassen is Wrong: A Response to Burgers. **Urban Studies**, v. 33, n. 1, p. 107-110, 1 fev. 1996.

HAMNETT, C. Social Polarisation, Economic Restructuring and Welfare State Regimes. **Urban Studies**, v. 33, n. 8, p. 1407-1430, 1 out. 1996.

MALOUTAS, T. Segregation, Social Polarization and Immigration in Athens during the 1990s: Theoretical Expectations and Contextual Difference. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 31, n. 4, p. 733-758, 13 dez. 2007.

MALOUTAS, T. Introduction: residencial segregation in context. *In*: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Eds.). **Residential Segregation in Comparative Perspective: Making Sense of Contextual Diversity**. [S.l.] Ashgate Pub Co, 2012. .

MARQUES, E.; BICHR, R.; SCALON, C. Residential segregation and social structure in São Paulo: continuity and changes since the 1990s. *In*: MALOUTAS, T.; FUJITA, K. (Eds.). **Residential Segregation in Comparative Perspective: Making Sense of Contextual Diversity**. [S.l.] Ashgate Pub Co, 2012. .

MARQUES, E.; SCALON, C.; OLIVEIRA, M. A. Comparando Estruturas Sociais no Rio de Janeiro e São Paulo. **Dados**, v. 51, n. 1, p. 215-238, 2008.

PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. DE Q. Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 143-161, 1999.

RIBEIRO, L. C. DE Q.; LAGO, L. C. DO. O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 111-128, 2000.

SACEDO, R.; RASSE, A. **Elite self-segregation in Santiago: Cultural and spatial fragmentation**, 2012.

SASSEN, S. **The Global City: New York, London, Tokyo**. [S.l.] Princeton University Press, 1991. p. 398

SASSEN, S. **Cities in a World Economy**. [S.l.] Pine Forge Press, 2000. p. 200

SASSEN, S. Introduction. Locating Cities on Global Circuits. *In*: SASSEN, S. (Ed.). **Introduction. Locating Cities on Global Circuits**. [S.l.] Routledge, 2002. p. 378.

VAATTOVAARA, M.; KORTTEINEN, M. Beyond polarisation versus professionalisation? A case study of the development of the Helsinki region, Finland. **Urban Studies**, v. 40, n. 11, p. 2127-2145, 1 out. 2003.

Anexo A

Tabela A.1– Renda Individual Média para as Classes EGP por Regiões Metropolitanas (2000 e 2010)

Classe	Belém			Porto Alegre		
	2000	2010	Diferença	2000	2010	Diferença
I. Profissionais de alto nível	R\$ 4.954,38	R\$ 5.128,47	R\$ 174,09	R\$ 5.799,02	R\$ 5.501,01	-R\$ 298,02
II. Profissionais de baixo nível	R\$ 1.771,30	R\$ 2.503,91	R\$ 732,60	R\$ 2.756,00	R\$ 2.771,73	R\$ 15,73
IIIa. Trab.de rotina não manual, alto grau de especialização	R\$ 1.377,32	R\$ 1.601,17	R\$ 223,85	R\$ 1.697,32	R\$ 1.752,94	R\$ 55,62
IIIb. Trab. de rotina não manual, baixo grau de especialização	R\$ 674,46	R\$ 979,23	R\$ 304,77	R\$ 988,92	R\$ 1.225,35	R\$ 236,43
IVa. Proprietários e empregadores	R\$ 11.035,48	R\$ 7.798,44	-R\$ 3.237,04	R\$ 7.161,38	R\$ 6.848,18	-R\$ 313,20
IVb. Empregadores Rurais	R\$ 9.523,01	R\$ 22.877,06	R\$ 13.354,05	R\$ 11.415,17	R\$ 18.906,02	R\$ 7.490,85
IVc. Trab. rurais autônomos e trab. de agricultura de subsistência	R\$ 772,30	R\$ 664,08	-R\$ 108,22	R\$ 937,45	R\$ 989,41	R\$ 51,96
V. Técnicos e Supervisores de trabalhadores manuais	R\$ 1.706,17	R\$ 1.810,54	R\$ 104,37	R\$ 1.922,64	R\$ 1.869,92	-R\$ 52,72
VI. Trabalhadores especializados	R\$ 853,51	R\$ 993,93	R\$ 140,41	R\$ 1.117,68	R\$ 1.228,65	R\$ 110,97
VIIa. Trabalhadores semi e não especializados	R\$ 518,84	R\$ 643,25	R\$ 124,41	R\$ 722,05	R\$ 871,43	R\$ 149,38
VIIIb. Trabalhadores rurais	R\$ 660,43	R\$ 798,17	R\$ 137,74	R\$ 693,44	R\$ 992,95	R\$ 299,51

Fonte: Dados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Anexo B

Figura B.1 – Média do ISEI para a RMB, 2000

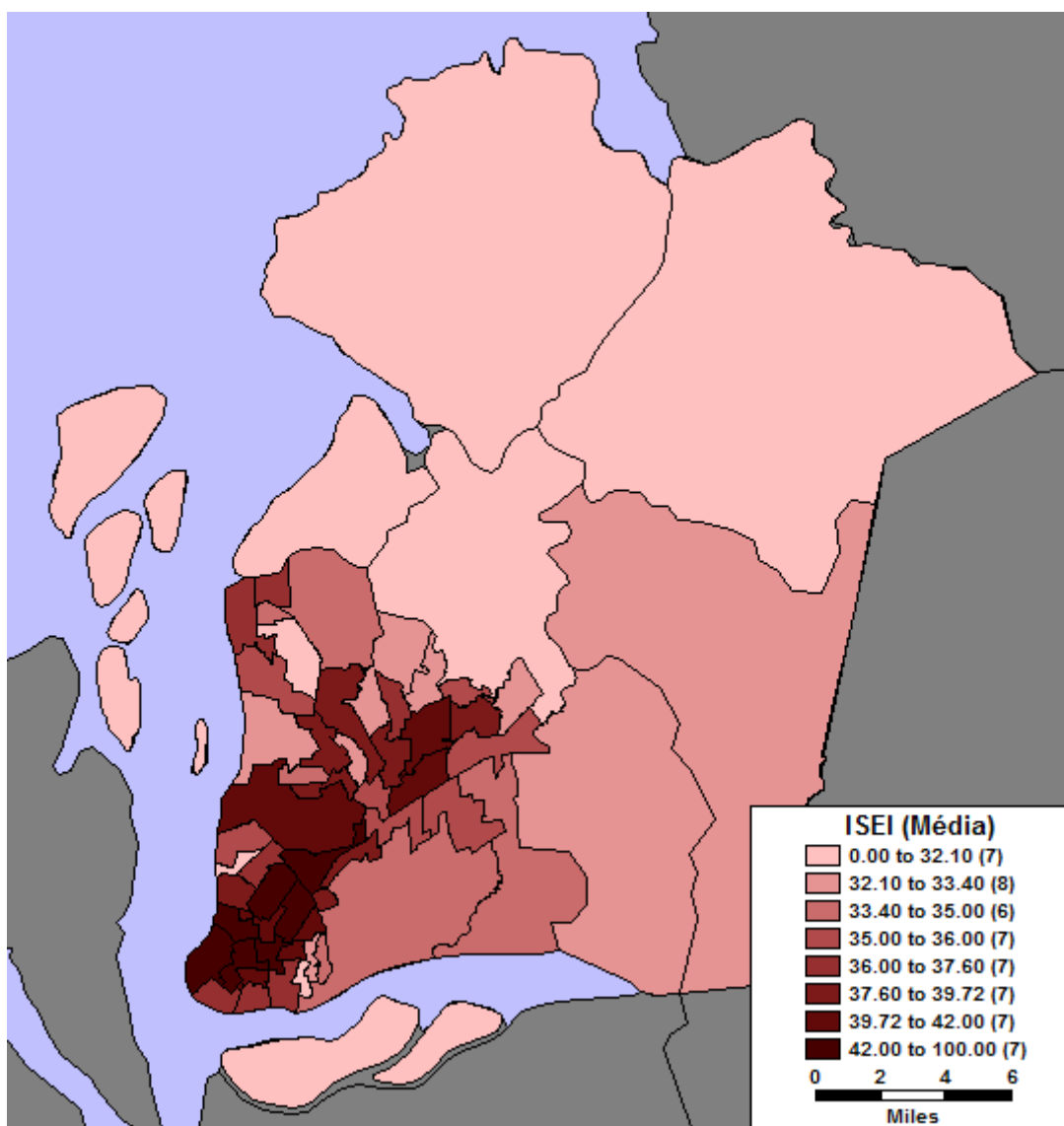


Figura B.1 – Média do ISEI para a RMB, 2010

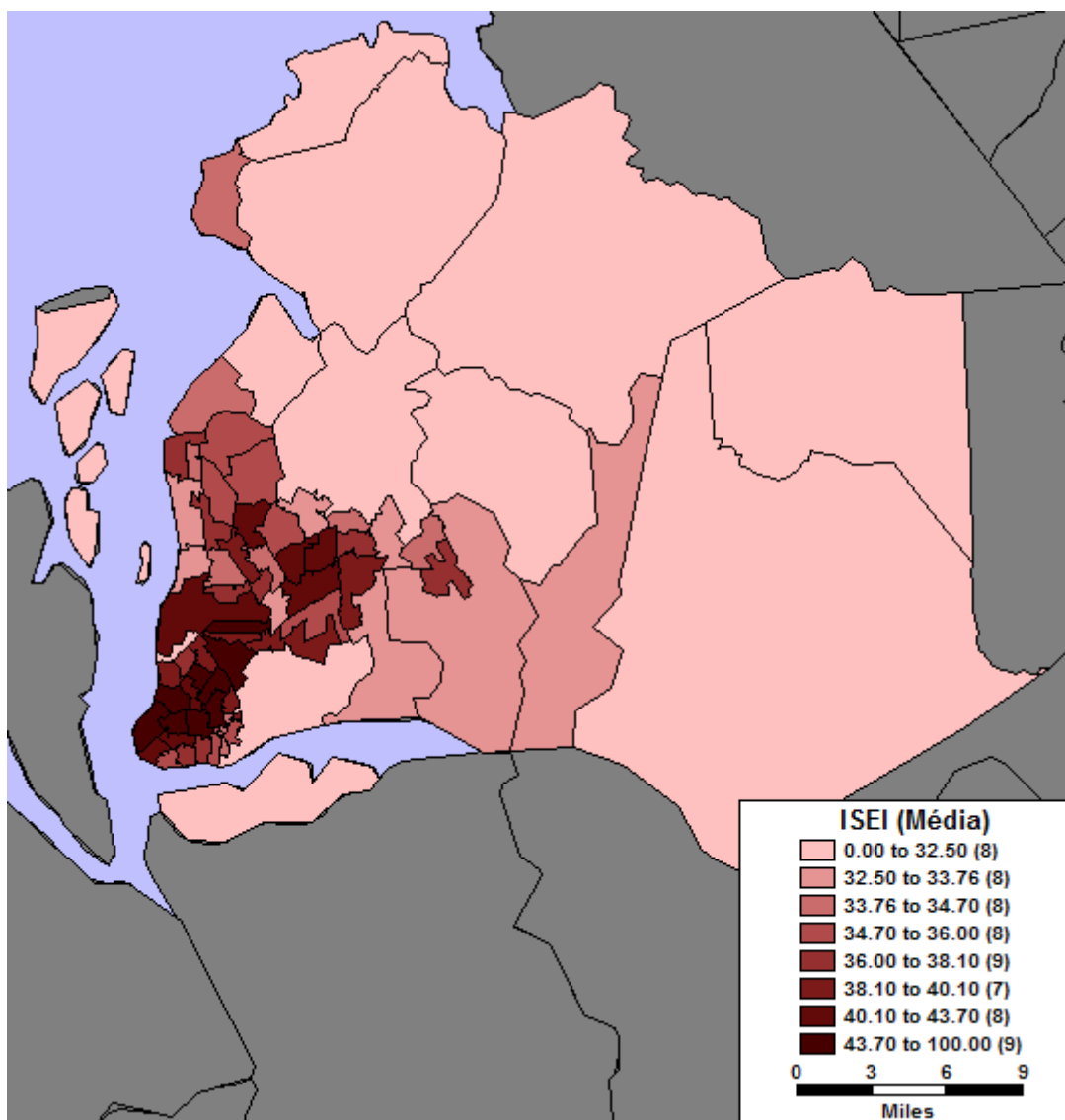


Figura B.3 – Média do ISEI para a RMPOA, 2000

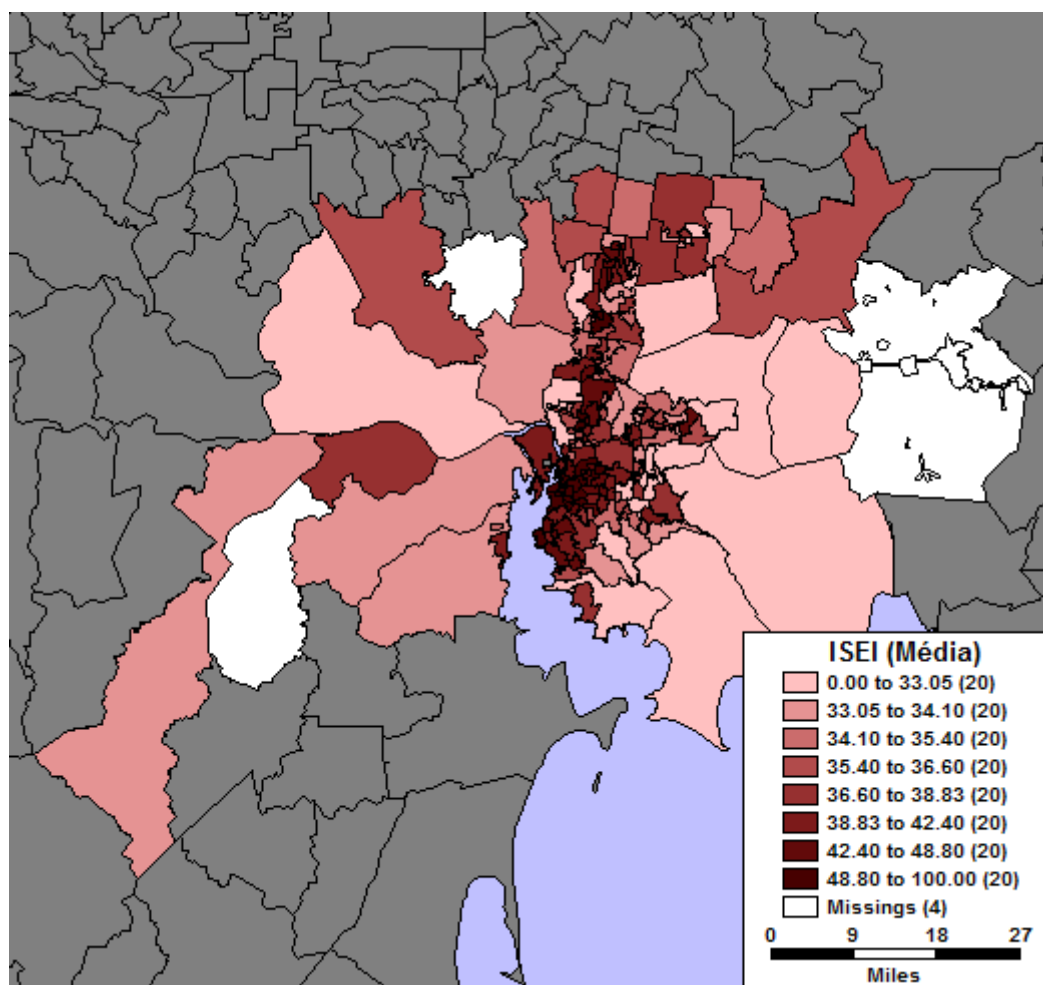


Figura B.4 – Média do ISEI para a RMPOA, 2010

